

ENTRE O TRADICIONAL E O MODERNO: OS FEMININOS NA REVISTA *VIDA DOMÉSTICA*

Elizangela Barbosa Cardoso

Universidade Federal Fluminense

E-mail: elibcardoso@yahoo.com.br

Resumo: Lança-se um olhar panorâmico sobre o periódico Vida Doméstica, no período compreendido entre os anos 1920 e 1950. Indaga-se acerca das formas de representação do feminino. Identificam-se discursos contraditórios que situam o periódico entre o tradicional e o moderno, bem como a emergência de representações plurais do feminino, quais sejam: a mãe/esposa/dona de casa, a trabalhadora, a feminista, a melindrosa e a consumidora. Considera-se que essas representações indicam o caráter ambíguo e contraditório da modernização das relações de gênero, no período em estudo, apontando a possibilidade de vivência da feminilidade para além da maternidade e do casamento obrigatórios.

Palavras-chave: revista feminina; gênero; representações.

No Rio de Janeiro, em março de 1920, instituía-se mais um periódico voltado para a mulher e o lar. Trata-se da revista *Vida Doméstica*, fundada pelo jornalista Jesus Gonçalves Fidalgo, repórter fotográfico do *Jornal do Brasil* e da *Revista da Semana*. O periódico somava-se a outros cujo público-alvo era a mulher, tais como a *Revista Feminina* (1914), o *Jornal das Moças* (1914) e *A Cigarra* (1913).

De vida longa, pois sobreviveu até o início dos anos 1960, *Vida Doméstica* atuou em um contexto de expansão das relações capitalistas, de modernização das relações de gênero e de desenvolvimento da cultura de massas, no Brasil. No contexto em que o periódico foi criado, o Rio de Janeiro exercia o papel de metrópole modelo. Capital da República, maior cidade do Brasil e centro cultural, a cidade atraía pessoas estrangeiras e nacionais, tornando-se o "eixo de irradiação e a caixa de ressonância das grandes transformações em marcha pelo mundo" (SEVCENKO, 1998, p. 522).

Desde o início do século XX, o Rio era palco do processo de aburguesamento das relações sociais e, como *capital irradiante*, passou a ditar novas modas e novos padrões de comportamento, bem como estilos de vida e valores em consonância com a modernidade (SEVCENKO, 1998, p. 522). Nesse processo, as revistas ilustradas têm um importante papel, posto que, através da publicação de imagens, propagandas, contos, crônicas, novelas e folhetins, buscaram impor modas, padrões de comportamento, valores e instituir um mercado consumidor, uma vez que são mercadorias culturais que fomentam a venda de outras mercadorias.

Assim, como produto indicativo do processo de massificação da cultura no Brasil, *Vida Doméstica* é uma fonte importante para indagar acerca das formas de significação dos gêneros e de sua interface com as relações de poder. Isto porque, enquanto produto cultural, produziu significados, figurando ao lado de outros discursos, tais como o médico e o jurídico, no processo de ordenamento e classificação do mundo social. Nesse sentido, o objetivo deste texto é lançar um olhar panorâmico sobre o feminino, indagando acerca das formas de representação das mulheres,¹ no período compreendido entre os anos 1920 e 1950.

A esse respeito, um primeiro dado a destacar é o fato de o periódico se posicionar pela defesa da família, dos *bons costumes* e dos preceitos cristãos. Em todas as matérias que enfatizavam a trajetória do periódico, ressaltava-se o seu compromisso com a moralidade e a honestidade. Argumentava-se que *Vida Doméstica* era uma revista que poderia ser “manuseada por qualquer mocinha, sem censura prévia”, dada a lisura moral com que era produzida (A SUCURSAL..., abr. 1953, p. 30). Contudo, a despeito da ênfase recorrente na defesa da família, é necessário acentuar que o periódico veiculava discursos contraditórios e, através de suas páginas, é possível perceber que o período em análise é marcado por tensões e ambiguidades. Em primeiro lugar, se o periódico defendia os valores da família, também dava visibilidade à percepção de que a família se encontrava constantemente ameaçada. Em segundo, observa-se que o periódico ora veiculava discursos a favor dos valores tradicionais, ora fomentava os valores modernos. Em terceiro, se é possível afirmar que a revista veiculava discursos conservadores no que tange às relações de gênero, igualmente, encontram-se discursos que visavam modificar essas relações, propondo a ampliação das possibilidades de vivência das mulheres dos setores mais abastados no contexto em estudo, para além da maternidade e do casamento.

Nas páginas do periódico, se pode identificar tanto escrita feminina quanto masculina. As mulheres e os homens que escreviam, na revista, buscavam classificar

¹ Conforme Chartier (2002, p. 11), a noção de representação “[...] permite articular três registros de realidade: de um lado, as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e organizam os esquemas de percepção a partir dos quais eles classificam, julgam e agem; de outro, as formas de exibição e de estilização da identidade que pretendem ver reconhecida; enfim, a delegação a representantes (indivíduos particulares, instituições, instâncias abstratas) da coerência e da estabilidade da identidade assim afirmada”.

o mundo social, através da tessitura de concepções relativas ao tempo, à sociedade e às relações de gênero. Por meio dos discursos veiculados, percebemos a tentativa de hierarquização dessas relações, na medida em que se buscava impor, sobretudo através do discurso masculino, um padrão ideal de mulher, no singular, centrado na maternidade, no casamento e no lar, considerado natural e universal. Essa imposição se processava mediante a recorrência dos discursos que significavam as mulheres como mães, esposas e donas de casa, cuja ênfase se verificou ao longo do período em que a revista circulou (1920-1962). De igual modo, havia emergência de outras representações, ora concorrentes, ora convergentes, tais como a feminista, a melindrosa, a moça independente, a emancipada, a trabalhadora, a mulher moderna e a consumidora.

A esse respeito, cabe ressaltar que a cultura de massas, conforme argumenta Luisa Passerini (1994, v. 5, p. 381), é caracterizada por uma duplicidade. Paralelamente, a figura feminina é seu sujeito e seu objeto, ora fazendo uso de possibilidades libertadoras em termos políticos e sociais, ora sendo afetada por “tradições e permanências de velhos estereótipos sobre as mulheres no seio da cultura ocidental”.

As representações, segundo Chartier (1985, 2002), embora aspirem à universalidade, são forjadas nos grupos e condicionadas por seus interesses. As formas de conceber o mundo não são neutras, situando-se em um campo de força, no qual disputam diferentes modos de classificação e delimitação. Enraizados, por sua vez, em posições e interesses, segundo pertencimentos sociais de classe, geração, adesão religiosa, condições profissionais e gênero, dentre outros marcadores sociais. Assim, estando em disputa a própria hierarquização da estrutura social, a realidade constrói-se, contraditoriamente, a partir das diversas e concorrentes concepções de mundo, que diferentes grupos tentam impor e legitimar.

Nesse sentido, significar o feminino através das representações de mãe, esposa, dona de casa, feminista, melindrosa, independente, emancipada, trabalhadora, moderna e consumidora aponta para as contradições e as ambiguidades relativas ao processo de redefinição das relações de gênero diante da expansão das relações capitalistas e da consolidação de uma sociedade industrial, assim como, na concepção de Scott (1995), reafirma a condição vazia e transbordante do feminino. Isto porque o feminino não é uma essência, é configurado historicamente e, em um mesmo contexto, pode assumir diferentes significados que remetem, por sua vez, a distintas possibilidades de vivência em um determinado tempo.

Nos discursos enunciados em *Vida Doméstica*, apreendem-se marcas de gênero, de classe e de etnia. Trata-se de uma revista voltada para o lar e para a mulher das famílias da elite, embora também fosse consumida pelos segmentos médios, em que se reforçavam e defendiam os valores desses segmentos sociais. Veiculava, assim, valores

que, embora relativos aos segmentos mais abastados, são considerados universais e contendo os modelos ideais de feminino e de masculino.

O fato de voltar-se para as mulheres mais abastadas impôs a necessidade de adequação ao que se considerava conveniente às mulheres desses segmentos sociais. O periódico demonstrou que não visava questionar a moral e os bons costumes, nem a função feminina na família. Pelo contrário, ressaltou que a publicação buscava enaltecer os valores familiares. Em março de 1932, por exemplo, quando de seu aniversário de anos, em matéria intitulada *Como se faz uma revista* (mar. 1932), o periódico publicou o seguinte:

[...] Nessas poucas e modestas páginas, sem pretensões [a] maestria, sem arrojados de idealismos, havia [um] cuidado metucioso da limpeza moral – [os] assuntos escrupulosamente escolhidos, [os] artigos muito moralizados, a preocupação em poder apresentar-se entre as famílias, de entrar nos lares, de conquistar estima e confiança.

Observa-se que a qualificação de periódico familiar era uma condição básica para atingir o público-alvo; no entanto, os discursos veiculados acentuavam a tentativa de a revista situar-se entre o tradicional e o moderno. Isto porque se, de um lado, ser familiar era fundamental ao consumo, de outro, ser moderno, atento às questões propostas e impostas pelas e para as mulheres, também o era. A esse respeito, em uma propaganda da revista, vemos que

Esta é a leitura obrigatória da mulher moderna.

Faça uma assinatura de *Vida Doméstica* para ter mensalmente em sua casa uma revista completa sobre todos os assuntos que interessam particularmente a você, que precisa estar a par de tudo o que se relaciona com os problemas domésticos, com os acontecimentos sociais, econômicos e culturais do mundo moderno. (jan. 1956, p. 96)

Uma outra acrescentava que *Vida Doméstica* sempre agiu

[...] dentro dos bons costumes que são o apanágio da Família Brasileira, sempre dentro dos apostolados cristãos que nos inspiraram e orientam. Nunca contemporizou, cedeu ou pactuou com a licenciosidade de suas várias épocas e fases, vencendo crises, revoluções e guerras, com o mesmo espírito de servir, respeitando o Lar e a Mulher. (5 REVOLUÇÕES em 40 anos, mar. 1959, p. 3)

De fato, ao longo de suas páginas, a revista defendeu os valores cristãos e a família, mas também fomentou a modernização das relações de gênero, que, em alguns momentos, implicou oposições a esses valores. Em 1953, na coluna *Vida Sentimental* (jul. 1953, p. 30), o periódico publicou texto favorável ao controle da natalidade. Antes disso, em 1950, deu visibilidade à posição favorável ao divórcio, da cronista Rosa Garcia (jul. 1950, p. 100-101). Importa acentuar que a igreja católica mantinha, no período, posição intransigente diante do divórcio, defendendo a

indissolubilidade do matrimônio e opondo-se ferrenhamente às campanhas a favor do divórcio (AZZI, 1993).

Verificamos, assim, tanto a dinâmica de indução a práticas condizentes com os valores tradicionais, quanto a divulgação da existência de recursos, para que as mulheres se opusessem a eles. Esse aspecto pôde ser observado entre a década de 1920 e meados dos anos 1930, em primeiro lugar, quando da divulgação paralela do discurso feminista e daqueles que se opunham ao feminismo. Isto porque em contexto de ridicularização das feministas e dos anseios de liberdade feminina, como demonstra Rachel Soihet (2000), o periódico veiculou textos que buscavam legitimar as demandas feministas por reconhecimento, no campo profissional e intelectual. Em segundo lugar, pode-se destacar a recorrência da crítica à moda e aos produtos de beleza e, ao mesmo tempo, investimentos na constituição das mulheres enquanto consumidoras, sendo a moda e os cosméticos largamente ofertados a elas.

Além disso, verificam-se contradições quanto à significação do feminino, pois era dito que as mulheres deviam ser mães, esposas e donas de casa, bem como era ressaltado que as mulheres podiam ampliar sua esfera de atuação, para além do casamento e da maternidade, educando-se e ingressando no mercado de trabalho. Nos anos 1920, por exemplo, a representação da mulher mãe/esposa e dona de casa disputava com as representações da feminista e da melindrosa.

A perspectiva predominante é aquela que acentua que as mulheres deviam ser mães, esposas e donas de casa, mas o fato de outras possibilidades de significação do feminino serem divulgadas no periódico abria espaço tanto para a conformação ao padrão, quanto para a possibilidade de novas vivências da feminilidade, no contexto. Nesse sentido, o periódico tanto agia na constituição das diferenças e desigualdades de gênero, quanto abria espaço para a resistência, ao projetar representações plurais.

Acompanhando o periódico ao longo do período compreendido entre os anos 1920 e 1950, é possível dizer que diferentes questões são abordadas ao longo do recorte. Entre as décadas de 1920 e 1930, a circulação feminina no espaço público, sobretudo nos espaços de lazer, a moda, o feminismo, o trabalho e a educação feminina foram temas problematizados e recorrentes. Nesse período, delineava-se um embate em torno do lugar das mulheres na sociedade, em que tanto figuravam discursos conservadores quanto o discurso feminista. Nesse contexto, de um lado, procurava-se limitar o feminino ao universo privado. De outro, fomentava-se sua participação no universo público, principalmente sob o argumento de que o acesso ao trabalho, à educação e ao voto eram direitos da mulher.

A partir da segunda metade dos anos 1930, houve um refluxo no discurso feminista, relacionado ao arrefecimento do movimento, após a conquista do direito

ao voto. Nos primeiros anos da década de 1940, percebemos claramente o impacto da Segunda Guerra Mundial nas formas de significação do feminino. Através da visibilidade da experiência das mulheres americanas e inglesas, o trabalho feminino tornou-se recorrentemente enaltecido, bem como eram negadas as afirmativas que ressaltavam a inferioridade feminina diante dos homens, nesse universo. Além dessa questão, a conjugalidade também era foco de discussão.

A partir da segunda metade da década de 1940 e durante os anos 1950, a discussão acerca da presença feminina nos lazeres modernos e da moda aparecia de forma bastante tangencial. Desde que respeitados os limites da moralidade tradicional, parece que essas questões foram sendo paulatinamente incorporadas à vivência feminina, tornando-se legítimas.

A educação e o trabalho feminino surgiam como práticas incorporadas ao universo das mulheres urbanas, significados ora de forma positiva, ora negativa. O feminismo passou a ser significado como um movimento que fazia parte do passado recente das mulheres, o que possibilitou a aquisição de direitos no campo da intelectualidade, da educação e do trabalho feminino.

Nos anos 1950, a discussão central situava-se no terreno da conjugalidade. Os discursos veiculados tornaram-se mais normativos, no sentido de procurar falar diretamente à leitora, com o objetivo de interferir em suas escolhas e problemas, sobretudo afetivos. Nessa década, os discursos sobre a relação homem/mulher e a afetividade ganharam maior espaço nas páginas da revista.

Um traço de continuidade que atravessou o período no qual a revista circulou (1920-1962) foi a publicação de informações que ora visavam conformar os comportamentos femininos, ao universo do lar, aos papéis de mãe, esposa e dona de casa, ora contestavam a limitação da vivência das mulheres a esses papéis, fomentando transformações nesses papéis e nas relações de gênero, no sentido de adequá-los ao mundo moderno.

É recorrente, de um lado, a ideia de que o mundo estava sob ameaça, de que a estrutura social poderia ruir e, para evitar sua queda, urgia controlar as mulheres e assegurar seu lugar na família; urgia delimitar as fronteiras entre o feminino e o masculino. Conforme os discursos veiculados, tratava-se de um tempo caracterizado pela necessidade de instaurar constantemente a dualidade e a dominação masculina, como formas de conter o fluxo das mudanças. Isto porque havia uma associação entre a significação dos gêneros em termos hierárquico e complementar, a manutenção da estrutura social, o controle da mudança e a significação do futuro. É como se, por meio do controle das mulheres, fosse controlada a possibilidade de desagregação do mundo, que ameaçava o presente e o futuro. Por outro lado, em especial para os

contemporâneos, era certo que as mulheres estavam avançando constantemente e quebrando as barreiras que delimitavam o feminino e o masculino. Assim, são perceptíveis medos e ansiedades masculinas, diante da ânsia de liberdade feminina, fato que não era característico do Brasil. Nancy F. Cott (1994, v. 5, p. 110), ao estudar a mulher moderna, nos Estados Unidos, nos anos 1920, argumenta que

[...] uma certa ansiedade cultural quanto à possibilidade de as mulheres fugirem ao controle dos homens ganhou credibilidade a partir das proezas dignas de notícia de mulheres sós, nas artes, nos espetáculos, no desporto e em atividades profissionais – bem como em organizações cívicas e sufragistas.

Nos discursos analisados em *Vida Doméstica*, essa ansiedade é particularmente notória no período compreendido entre os anos 1920 e meados dos anos 1930, quando a questão da emancipação e da independência femininas foi mais enfatizada, em virtude do movimento feminista e do ingresso feminino no ensino superior e no mercado de trabalho.

Nesse sentido, consideramos que os discursos veiculados no periódico permitem pensar a cultura do período como uma cultura no plural, no sentido atribuído por Michel de Certeau (2005), de cultura flexível, marcada pelo constante combate. Se, nas páginas do periódico, emergia o desejo constante de controlar as mulheres, a necessidade de impor limites à sua atuação, de delimitar e tolher seus passos, a recorrência desses discursos, também, aponta para a configuração de brechas na dominação masculina.

Nos anos 1920 e meados dos anos 1930, portanto, considerava-se urgente controlar as feministas, as melindrosas, as modernas, as mundanas e as levianas, pois estariam minando a ordem e ameaçando a permanência das mulheres nos seus papéis familiares. Entre as décadas de 1940 e 1950, o problema que ameaçava a ordem consistia, sobretudo, no que se considerava a falta de preparo das mulheres para exercerem a função de esposa e para cumprirem os deveres exigidos pelo casamento. Nesses anos, para manter o ordenamento social, era enfatizada a necessidade de controlar as esposas, de ensiná-las as verdadeiras funções do casamento. Objetivos a que se propunha o periódico.

Nesse sentido, consideramos que o periódico, assim como outras revistas femininas, tinha um papel importante no processo de conformação do sistema de gênero que foi se instituindo no contexto de intensificação da urbanização e da industrialização brasileira, ao tempo em que significava as relações de gênero, atuando na conformação de identidades e de papéis sexuais.² O periódico teve fundamental importância na inserção das mulheres na lógica urbana e de mercado, na medida

² Sobre a noção de sistema de gênero, ver Thébaud (2004, p. 67-80).

em que buscava normalizar os comportamentos femininos e constituir as mulheres dos segmentos mais abastados enquanto consumidoras.

Desde sua criação, a revista veiculava propagandas que visavam forjar um mercado consumidor. Nos anos 1920, publicavam-se, sobretudo, propagandas de remédios. A partir dos anos 1930, cresceu o espaço publicitário nas páginas da revista, assim como a linguagem empregada pelos anúncios tornou-se mais elaborada, ao se apropriar do debate em torno do lugar das mulheres na sociedade. Dizia-se que, para ser mãe, esposa, dona de casa, trabalhadora e mulher moderna, era preciso consumir. As referências ao trabalho, ao estudo, ao feminismo, fossem elas a favor ou contra, eram usadas para tentar impor o consumo como prática definidora da feminilidade.

O consumo era significado como prática imprescindível na vida feminina, em diferentes fases. De jovem casadoura à condição de mãe de família, o consumo era apresentado como uma experiência fundante para que as mulheres desempenhassem a contento seus papéis e alcançassem a felicidade.

Para desempenhar bem o papel de mãe, as mulheres precisavam, portanto, consumir os novos produtos. A vivência da maternidade, conforme expressa nas propagandas, requeria o conhecimento de medicamentos e de suas formas de uso, bem como o consumo de alimentos, de produtos higiênicos e de limpeza disponíveis no mercado. Argumentava-se, constantemente, que as mães deveriam trazer a casa limpa, longe das impurezas que punham em risco a vida de seus familiares.

Ademais, conforme o ideário defendido pelo periódico, as mães precisavam possuir novos saberes, uma vez que aqueles dominados e transmitidos de geração a geração passaram a ser considerados precários. Apontava-se, mesmo, a ignorância das mulheres em matéria de criação de filhos. Destacava-se que, para ser boa mãe, era preciso saber noções básicas de puericultura e de higiene, pois, se apropriando desses saberes, as mães poderiam criar seus filhos de forma racional. Na verdade, o periódico difundia o discurso médico acerca da maternidade e da criação dos filhos e das filhas.

Segundo esse discurso, era imprescindível que as mães amamentassem seus filhos e filhas, que os criassem de forma racional. Isto porque a situação das crianças no Brasil era considerada muito grave, tendo em vista o alto índice de mortalidade infantil. Alto índice atribuído pelos médicos à alimentação artificial e à falta de domínio por parte das mães de noções básicas de higiene, de puericultura e, ainda, à transferência da maternidade³ para outras mulheres. A respeito desse último enfatizava-se, nos anos 1920 e 1930, que as mulheres dos setores mais abastados

³ Acerca da noção de maternidade transferida, ver Costa (2002, p. 339-356).

estavam mais preocupadas com o luxo, os lazeres, a circulação no espaço público do que com criação dos filhos, o que era considerado danoso à saúde das crianças, na medida em que as mães entregariam os filhos e as filhas a mulheres malpreparadas e, às vezes, doentes.

Com efeito, era enfatizada a necessidade de as mães assumirem elas mesmas a criação dos filhos, destacando-se o aleitamento materno como indispensável ao bem-estar e à saúde do bebê. Ademais, se procurava demonstrar ser a amamentação também uma prática fundamental ao progresso e ao desenvolvimento da civilização brasileira, na medida em que o futuro do Brasil dependia do desenvolvimento de crianças fortes e sãs.

Os argumentos desenvolvidos nos discursos veiculados na revista entre os anos 1920, 1930 e meados dos anos 1940 retomavam argumentos semelhantes àqueles apontados por Jurandir Freire Costa (1989) para o século XIX, a partir da terceira década. Para o autor, diante da ascensão do poder médico, procura-se limitar o feminino à condição de mulher-mãe, através dos discursos que fomentam a amamentação como meio de combate à mortalidade infantil.

No periódico, por meio de matérias assinadas por médicos, a questão da mortalidade infantil era apontada como um grave problema contemporâneo que precisava ser resolvido, através da transformação da experiência feminina. O tom das matérias, que era um tom autoritário, com respaldo na ciência, dizia o que as mulheres deveriam fazer para evitar a mortalidade de seus filhos e filhas e desenvolver uma prole sã.

Nos artigos veiculados na coluna *Mães felizes!*, nos anos 1930, um argumento recorrente era o de que a felicidade das mães dependia da saúde dos filhos. Por meio da coluna, portanto, apresentavam-se os procedimentos necessários para que as mães gerassem e mantivessem filhos e filhas saudáveis. Em primeiro lugar, cabia observar que ser mãe implicava ter grandes deveres, implicava saber que a criança era o fator de felicidade do lar. A mãe devia dar assistência contínua ao bebê, devia estar atenta ao seu desenvolvimento e observar as regras de higiene no cuidado e na alimentação infantil. Devia sempre lembrar que amamentar e cuidar dos filhos era um trabalho racional. Ressaltava-se que, nos primeiros meses, a alimentação ideal era a natural e, caso não fosse suficiente, não deviam substituí-la pela alimentação superficial. Acrescentavam que o correto era alimentação mista.

No caso de alimentação mista, a mãe devia fiscalizar o preparo do alimento. Tudo devia estar sob sua vista. Seu olhar devia ser sempre vigilante, pois a saúde de sua prole dependia da qualidade de seus atos. Ademais, as mães deviam seguir as ordens médicas.

Através desses discursos, procurava-se instituir a amamentação como uma prática obrigatória e também ampliar o papel de mãe, à proporção que a sobrevivência, a saúde e o bem-estar dos filhos e das filhas eram considerados dependentes da especialização das funções maternas. Isto acarretava ainda o crescimento das responsabilidades femininas diante da maternidade e, ao mesmo tempo, a tentativa de limitar o feminino à condição de mãe.

Anne Marie Sohn (1994, v. 5, p. 128), ao estudar os papéis femininos no período entre as duas guerras na França e na Inglaterra, argumenta que a difusão da puericultura no período levou a maior parte das mulheres ao abandono de práticas tradicionais e à incorporação de normas higiênicas na criação de filhos e filhas. Segundo a autora, nessas duas décadas, a imposição das normas modernas na criação das crianças a todos os meios sociais é um dado sem contestação.

No caso do Brasil, especificamente do Rio de Janeiro, a fonte em estudo não possibilita adentrar no universo das práticas, a fim de verificar como ocorre o consumo dessas normas. É possível acentuar, a partir da insistência da importância do leite materno para o desenvolvimento e a saúde da criança, bem como do argumento de que as mulheres não deviam deixar de amamentar, mesmo que tivessem dificuldades nos primeiros dias, a presença de resistências à imposição da prática como uma obrigação feminina. Observamos, ainda, através de outras matérias, a ideia de que a maternidade envelhecia as mulheres e que elas não queriam amamentar, para não perder seus encantos.

De outro enfoque, o que pode ser afirmado é o nítido investimento na articulação entre o papel de mãe e a economia de mercado, na perspectiva de que o exercício desse papel passava a ser enredado ao consumo de produtos e de serviços, sobretudo os serviços médicos, na medida em que os saberes femininos relativos à criação das crianças foram sendo desvalorizados. É válido acentuar também que parte significativa da publicidade veiculada em *Vida Doméstica* e em outros periódicos femininos, como *Jornal das Moças* e *Revista Feminina*, era composta por propagandas de remédios.

Nas matérias voltadas para as mães, por exemplo, figuravam, além das propagandas de remédios, as ofertas de alimentos e de serviços médicos. Assim, para desempenhar o papel de mãe ideal, era necessário seguir os preceitos da puericultura, da higiene e, ao mesmo tempo, consumir os produtos alimentícios e os remédios recentemente disponíveis no mercado.

Além de ser boa mãe, a mulher ainda deveria ser uma boa dona de casa, o que também implicava consumir produtos disponíveis no mercado, para desempenhar as tarefas domésticas de maneira racionalizada. Se não as desempenhasse, considerando sua condição de classe, era imprescindível saber distribuir racionalmente os serviços

para as criadas e zelar pela limpeza e higiene da casa – o que significava consumir os produtos disponíveis no mercado. Nessa atividade, a dona de casa deveria ser ainda boa administradora, aplicando conhecimentos de finanças, pois era considerada responsável tanto pelo consumo de produtos pessoais, como pela regulação do consumo familiar, gerindo os recursos domésticos. Nesse sentido, era enfatizada a necessidade de a mulher saber comprar e bem administrar os recursos familiares.

A esse respeito, Nancy F. Cott (1994, v. 5, p. 108), ao estudar o caso das mulheres norte-americanas, nos anos 1920, argumenta que:

Através da publicidade, fabricantes e retalhistas de artigos domésticos e relacionados com as crianças tornaram mais compreensível o que era a feminilidade moderna. Através das compras ligava-se a dona de casa à “nova economia doméstica” e a mãe à educação científica dos filhos.

Na fonte em estudo, a articulação entre feminilidade moderna e consumo aparece de forma mais nítida, a partir dos anos 1930, marco fundante do processo de industrialização brasileira e da instalação de empresas multinacionais. Desde lá, observa-se nitidamente o fomento do consumo e a tentativa de ampliar o mercado consumidor. Nesse processo, as revistas femininas tiveram um papel importante, pois investiam na articulação feminilidade e consumo. Para que as mulheres desempenhassem os papéis de mãe, esposa, dona de casa e trabalhadora, colocava-se como imprescindível o consumo. Por sua vez, a inserção no universo doméstico de bens de consumo correntes alterou a regulação do tempo feminino e a dinâmica relacional na vida cotidiana, gerando uma economia de tempo, na medida em que modificou o ritmo de realização dos trabalhos domésticos, conforme demonstra Suely Gomes Costa (2002, p. 305). Contudo, cabe destacar, ainda segundo a autora, que a incorporação das inovações tecnológicas nem sempre ocorre de forma imediata.

No caso das esposas, as propagandas, em primeiro lugar, veiculavam que deveriam cuidar de sua saúde, consumindo remédios, o que evitaria se mostrarem doentias e nervosas. Elas deveriam lembrar também que uma boa saúde era a base para a beleza e a juventude, imprescindíveis à mulher moderna. Imprescindíveis às esposas que queriam manter a paz no lar e evitar que seus maridos se interessassem por outras mulheres, uma vez que uma mulher doente, descuidada e envelhecida não agradaria ao marido.

Conforme receituário divulgado nas propagandas, para se manterem jovens e belas, as senhoras deveriam consumir produtos de beleza. Adquirir esses produtos era, inclusive, um meio para solucionar alguns problemas conjugais, como o da jovem senhora que, após o nascimento do primeiro filho, sente que seu marido já não a olha como antes. É uma forma de controlar a angústia, que se exacerba quando se depara com uma linda moça e, tristemente, considera que já não é tão bonita e

interessante. Era dito que, por meio do consumo de produtos de beleza, a senhora voltaria a ser bela e encantadora e, novamente, seduziria o marido. Assim, consumir esses produtos era considerado uma condição para assegurar a felicidade conjugal, para evitar que os maridos das gentis leitoras de *Vida Doméstica* passassem a se interessar por outras mulheres.

Mas não eram apenas as senhoras que deveriam se preocupar com a beleza para manter o casamento, as moças casadouras também precisavam, por se tratar de instrumento fundamental, para que se firmassem no mercado sentimental. Um artigo lembrava à leitora que:

Em matéria de graça feminina, a modéstia exagerada deixa de ser virtude para se tornar um erro e dos mais nocivos.

A mulher tem o dever de ser bela. Beleza é sinônimo de perfeição. No entanto, se bem que não haja entre o sexo feminino um único espécie que tenha jamais externado o desejo de ser feio ou desgracioso, quantas mulheres há que, sem o saberem, comprometem a cada passo a própria felicidade, mercê do descuido ou do exagero dos próprios encantos!

Houve o caso de uma *jeune fille* que, depois de um noivado de três anos, passou pelo desgosto de ver o compromisso desfeito pelo noivo. Essa moça, confiando no amor e na amizade do rapaz que a elegera entre os milhões de mulheres que existem no mundo, começou a descuidar da sua aparência exterior, e isso foi o bastante para o rompimento. [...] Se todas as lindas criaturinhas do sexo frágil tivessem em vista a importância que para a sua pessoa, quando casadas, não haveria por certo tantos *ménages* infelizes. (SOBRE a beleza feminina, dez. 1934)

Era a ideia de que as mulheres deveriam ser belas e de aparência jovial que estava sendo delineada. O aspecto jovial era considerado sinônimo de saúde e de beleza. O contexto em estudo, como comenta um contemporâneo, era um período em que se desejava *viver sem envelhecer*, uma vez que um dos traços característicos dessa época

[...] é certamente o gosto pela mocidade. Entendamos-nos: não apenas da mocidade em geral, mas também dos que, como nós, já passaram dessa feliz quadra. De forma alguma queremos envelhecer: a vida ativa, os prazeres movimentados e esportivos, as grandes viagens tornaram mais necessária do que outrora a elasticidade dos músculos, a resistência à fadiga, esse maravilhoso poder de viver cheio de viço, que é uma das cousas mais desejáveis da existência. (VIVER sem envelhecer, fev. 1934)

Trata-se de um período de valorização da juventude enquanto idade da vida.⁴ Na tentativa de criação de um novo padrão de consumo, as propagandas apropriaram-se do desejo de não envelhecimento e transformaram o aspecto jovial e a beleza em obrigações femininas. Era dito, de um lado, que se as mulheres desejassem ser felizes, elas deveriam ser saudáveis, belas e jovens; de outro, afirmava-se que o mercado oferecia uma série de produtos que poderiam tornar esse desejo uma realidade.

⁴ A respeito das idades da vida, ver Ariés (1981).

Bastava consumir os produtos adequados para atingi-lo. Em uma propaganda de creme para a pele lemos que

A beleza é obrigação.

A mulher tem obrigação de ser bonita. Hoje em dia só é feio quem quer. Essa é a verdade. Os cremes protetores para a pele se aperfeiçoam dia a dia.

Agora já temos o creme de alface ultraconcentrado que se caracteriza por sua ação rápida para embranquecer, afinar e refrescar a cútis.

É um creme elaborado com os sucos vitamínicos da alface. A pele que não respira resseca. O creme de alface permite à pele respirar, ao mesmo tempo que evita os panos, as manchas, as asperezas e a tendência para a pigmentação.

O viço, o brilho de uma pele viva e sadia voltam a imperar com o uso do creme de alface "Brilhante".

Experimente-o. Tubo 8\$500. (out. 1937)

Na configuração das mulheres como consumidoras, obter beleza, juventude e saúde passava a ser considerado uma norma. Norma enredada ao ideário de conquista, de sedução, de namoro, de noivado, de casamento e de manutenção da felicidade conjugal. Através de um conjunto de propagandas, argumentava-se que conquistar, namorar, noivar, casar e manter a felicidade conjugal dependia do consumo de certos produtos.

Delineado de forma mais nítida, a partir dos anos 1930, como já ressaltamos, o fomento do consumo era constante nos anos 1940 e 1950, assim como a apropriação das representações do feminino, com vistas a instituir as mulheres enquanto consumidoras.

Paralelamente, eram difundidos novos saberes relativos ao cuidado do corpo; publicava-se uma série de informações acerca das formas de alcance e manutenção do corpo belo. Nas seções de respostas às cartas das leitoras, eram recorrentemente prescritos exercícios, regimes alimentares, bem como indicados produtos higiênicos e de beleza. Observamos, nesse sentido, que, se de um lado, o periódico significava a beleza como uma obrigação feminina, sendo o padrão de beleza branca, o padrão imposto, de outro, ele atuava em prol da democratização de saberes acerca da manutenção do que se considerava beleza física.

Considerando as matérias publicadas e as respostas às cartas das leitoras, além de norma, a beleza também pode ser vista como um meio de afirmação e valorização social feminina. Nesse sentido, a beleza é um capital simbólico⁵ do qual as mulheres passam a fazer uso nos mercados matrimonial e de trabalho. A beleza figura, assim,

⁵ Acerca do conceito de capital simbólico, ver Bourdieu (2000).

tanto na ordem da subordinação das mulheres quanto na dimensão dos contrapoderes⁶ femininos, na medida em que é um recurso utilizado pelas mulheres para se firmarem socialmente.

Nos anos 1920 e 1930, principalmente em crônicas e contos, emergiam críticas aos exageros da moda, aos usos dos produtos de beleza e às mulheres que, supostamente, só pensariam em sua beleza. Essas críticas sugeriam que, em torno da beleza, também estaria em jogo o poder de sedução. É possível perceber um medo do uso de artifícios pelas mulheres, por considerá-los meios de apropriação do poder masculino. É como se, através desses meios, as melindrosas, as levianas, as mundanas, como eram chamadas, estivessem subvertendo a ordem, apropriando-se de um domínio dos homens. Nesse sentido, as críticas funcionavam como uma estratégia para manutenção da sedução como prática masculina, ao mesmo tempo em que expressavam o desejo e o poder de que se investiam essas mulheres. Lidas a contrapelo, apontam para a sensualização dos corpos femininos e para as ambiguidades do processo de constituição de uma cultura da beleza, que se instituía nesse contexto. Cultura que, como lembra Mônica Raísa Schpun (1999), estudando a cultura corporal em São Paulo, nos anos 1920, direcionou o olhar das mulheres para o próprio corpo.

Contraditoriamente, a despeito da crítica às mulheres sensuais e à coqueteria, incentivava-se o consumo da moda, dos produtos de beleza. É válido também acentuar que as propagandas se apropriavam da atração sexual com o intuito de fomentar o consumo de produtos higiênicos, de remédios e de cosméticos. Nesse processo, representando o corpo feminino de forma sensualizada e enredando sensualidade, consumo, conquista e sucesso no universo afetivo.

Representações do corpo feminino apareciam ainda nas crônicas cujo assunto era o carnaval. Em geral, são textos que criticavam as liberdades vivenciadas durante a festa. São textos que visavam disciplinar os corpos femininos, mas que também inscreviam no imaginário social a possibilidade de usos do corpo que desafiavam a norma. Em 1955, por exemplo, um contemporâneo refletia:

As festas dedicadas a Momo – é doloroso confessá-lo – têm descido, nos últimos anos, a um grau de licenciosidade que alarma aos que se preocupam com a preservação do nosso meio social e com os fundamentos morais da família. É só recorrer a algumas de nossas revistas ilustradas, especialmente de 1952 a 1954, e lá estão focalizadas, para vergonha nossa, as cenas mais deprimentes e mais escandalizantes de certas reuniões carnavalescas. Uma autêntica bacanal em que predominam o nudismo despudorado, inclusive, de raparigas adolescentes, o que é para lamentar, e as atitudes lúbricas mais propícias às alcovas.

[...] É preciso convir que diversão não é devassidão, nem o desalentador espetáculo assinado pela Imprensa ainda no ano findo, em relação a certos bailaricos, nos quais mocinhas

⁶ A respeito da noção de contrapoder, ver Dauphin et al. (2001).

ditas de família, quase completamente nuas, entregavam-se, em cenas amorais, a rapazes positivamente alcoolizados.

Restaremos o império dos sadios costumes morais que sempre foram apanágio da família brasileira. (PENALBER, fev. 1955, p. 19).

Em 1956, outro cronista advertia:

[...] Vocês, minhas meninas, brinquem no Carnaval mas sem se esquecer que o pudor ainda é, e será, por muito e muito tempo, uma das grandes qualidades com que a mulher conquistará o “seu homem”, faça ao sopro de um novo sorriso ou de uma cútis tostada pelo sol, mesmo que esse pedaço de pele seja de um lugar não muito fácil de ser visto...

Pudor, meninas, pudor. (HADDAD, fev. 1956, p. 25)

Considerando, portanto, a percepção dos referidos cronistas, podemos afirmar que, embora criticados, a sensualidade e o erotismo estavam presentes no imaginário social enquanto elementos experienciados pelas moças ditas de família. Fato que sugere o uso de táticas,⁷ no intuito de instituir certo espaço de liberdade e de expressão do desejo feminino. Os estudos de Rachel Soihet e de Silvana Goellner reforçam essa afirmativa. Rachel Soihet (2003, p. 195), ao estudar representações do corpo feminino nas festas populares no Rio de Janeiro, argumenta que, nos anos 1930, “[...] A sensualidade, por um longo tempo vista como apanágio da negra e da mulata, torna-se visível nas mulheres de todas as cores e segmentos, que a exercem com garra invejável, negando estereótipo de longa data”. Silvana Goellner (1999), por sua vez, analisando as imagens femininas na *Revista Educação Física*, entre 1932 e 1945, também identificou nessas imagens a presença da sensualidade.

A presença recorrente de discursos que visavam manter a moral tradicional em relação ao corpo e à sexualidade indica uma tensão constante e sugere que o desejo feminino encontrava meios para expressar-se. Ademais, sobretudo, nos anos 1950, esses discursos, ao buscar disciplinar os corpos femininos e limitar a sexualidade das mulheres ao casamento, significavam a sexualidade das mulheres de forma ativa. Isto é perceptível na seguinte reflexão de Rosa Garcia (jun. 1951, p. 101):

É possível que vocês, homens, não possam prescindir de determinados fatores. Uma mulher, mesmo profundamente mulher, quando é honesta e compreende que tem dignidade e seu nome a zelar, pode prescindir. Existem muitas válvulas de escape. Uma delas é a prece. A Fé tem um poder indestrutível. Há outras, ainda. Se é culta dedica-se a trabalhos intelectuais, manuais, distrações...

Assim, ainda que sob a tentativa de contê-los, a expressão da sensualidade e do erotismo teria se configurado em meio ao processo de modernização das relações de gênero.

⁷ A respeito da noção de tática, ver Certeau (1994).

No recorte em estudo, outra questão debatida nas páginas do periódico é o trabalho feminino. Nos anos 1920 e 1930, era considerado pelos(as) conservadores(as) como prática que punha em xeque o lugar das mulheres na família. Na verdade, a imagem da mulher trabalhadora era vista como uma ameaça à mãe/esposa/dona de casa. Dizia-se que as mulheres não deviam trabalhar fora de casa, que o seu lugar era o lar. Argumentava-se que as mulheres só deviam trabalhar em caso de necessidade, pois a presença feminina no lar era imprescindível para a sobrevivência da família, enquanto nos discursos feministas argumentava-se que o trabalho feminino não rivalizava com os papéis femininos tradicionais. Argumento que pode ser considerado como uma resposta àqueles e àquelas que se opunham ferrenhamente ao trabalho feminino e advogavam a incompatibilidade entre maternidade e trabalho. As feministas ressaltavam que, diante das demandas do mundo moderno, era necessário educar as mulheres para vencer através de sua inteligência. Era imprescindível que as mulheres fossem educadas e dotadas das mesmas ferramentas que os homens para atuar no universo público. Ademais, advertiam que a formação reivindicada visava, na verdade, tornar as mulheres colaboradoras dos homens.

Em matéria intitulada *A mulher nos escritórios: a irradiação vitoriosa do trabalho feminino* (out. 1930), por exemplo, lê-se que:

As dificuldades da vida moderna e, ao mesmo tempo, os ideais de emancipação fizeram da mulher uma preciosa colaboradora do homem em muitas profissões que, outrora, eram exercidas apenas pelo sexo forte.

Hoje a mulher vai irradiando vitoriosamente a sua atuação nos escritórios, em todos os grandes centros. No Rio é considerado notável o número das jovens que exercem a sua atividade como: datilógrafas, contabilistas, tradutoras, correspondentes, etc.

Em 1935, por sua vez, Jandira Gonçalves (nov. 1935) dizia às mulheres: “caminhem para a frente! Trabalhem e cultivem a confiança em seu próprio eu, qualidade esta indispensável para o progresso da humanidade e emancipação da mulher”. Enquanto a feminista Juana M. Lopes (VITÓRIAS da inteligência feminina, ago. 1930), visando legitimar o trabalho feminino, argumentava

A mulher já trabalha, isto é: vale mais. As que precederam as atuais trabalhadoras tiveram, decerto, alguns dissabores, mas venceram.

Hoje o trabalho feminino é comum, é normal. Dentro em breve isto não chamará mais a atenção e a mulher estará fazendo parte integrante de engrenagem dinâmico-social, como peças imprescindíveis, quer na esfera manual, quer na mental.

Isto trará o aumento dos seus direitos, isto é: a aquisição dos que há tempos deviam pertencer-lhe. E estes são muitos, ou melhor, um só, o de ter as mesmas prerrogativas do outro sexo.

Observamos, portanto, nos trechos citados, a tentativa de legitimação do trabalho feminino fora do lar, um dos objetivos do feminismo no período. A esse respeito lembra Rachel Soihet (2006), ao estudar o feminismo de Bertha Lutz e de suas companheiras, que, além do voto, essas feministas também lutavam pelo reconhecimento da atividade profissional feminina e pela instauração de igualdade civil plena de homens e de mulheres, mesmo no caso de mulheres casadas.

Nos anos 1940, o trabalho feminino extradoméstico era visto como uma prática que fazia parte da experiência das mulheres contemporâneas. Ressaltava-se que a cada dia um número maior de mulheres se preparava para ingressar no mundo do trabalho. Percepção que encontrava respaldo nas práticas, pois entre 1940 e 1950 crescia em mais de 30% o número de mulheres trabalhadoras. (PENA, 1989, p. 165).

Paralelamente, veiculavam-se significações diferentes do trabalho feminino. Havia a percepção de que esse trabalho seria danoso para a família e para a manutenção da moral tradicional. Havia também a visão de que ele era uma necessidade do mundo moderno, e, ainda, a significação como uma atividade secundária, subordinada às verdadeiras funções femininas – ser mãe, esposa e dona de casa.

Durante a Segunda Grande Guerra, o trabalho feminino tornou-se valorizado, através da divulgação dos feitos das mulheres britânicas e norte-americanas. Nas páginas do periódico, enfatizava-se o senso de responsabilidade dessas mulheres, bem como o dever com a pátria, a precisão, o compromisso e o poder de decisão. Veiculavam-se imagens de mulheres decididas e enérgicas, atuando em áreas de domínio masculino. Eram imagens de mulheres uniformizadas, fabricando fuzis e manipulando aparelhos de alta tecnologia. Demonstrava-se que as mulheres britânicas e norte-americanas estavam passando a deter novos saberes, que punham por terra os argumentos que as inferiorizavam no mercado de trabalho, na medida em que desempenhavam suas atividades de maneira perfeita e, em alguns casos, trabalhavam melhor que os homens. Destacava-se, também, o esforço de guerra da mulher brasileira, na Legião Brasileira de Assistência.

Em reportagem intitulada *O lar, nestes tempos de guerra* (mar. 1942, p. 16), demonstrava-se a necessidade de liberar mão de obra feminina para a indústria bélica. Acentuava-se que, em Londres, famílias vizinhas se reuniam para organizar o trabalho doméstico, de maneira que um número mínimo de mulheres se ocupasse na cozinha, lavando e fazendo compras. Além disso, a reportagem fazia referência à criação de uma cadeia de restaurantes comunais, nos quais os trabalhadores podiam conseguir alimentação a qualquer hora. Segundo a matéria,

Nestas cozinhas cada um continua satisfazendo os seus gostos, as suas predileções, e dentro do que é humanamente possível são respeitadas e atendidas por estas boas mulheres com

vocação de mães da família, que se encarregam, como trabalho de guerra, de dar de comer não somente a seu marido e a seus filhos, mas a vinte ou trinta pessoas que formam a vizinhança de casa ou da rua.

O interessante da reportagem é o fato de argumentar em prol da liberação da mão de obra feminina para que as mulheres atuassem na indústria bélica, o que significa dizer que as mulheres deveriam deixar de exercer suas funções domésticas para se dedicar ao universo do trabalho. E, ao mesmo tempo, reforçava a imagem feminina como mãe de família, ao destacar que as responsáveis pelas cozinhas coletivas alargavam seu papel de mãe alimentando sua família e a das demais que atuavam no esforço de guerra.

Em outra perspectiva, argumentava-se que as mulheres não eram inferiores aos homens, que podiam desempenhar as mesmas atividades, inclusive com maior êxito. Além disso, ressaltava-se que, durante os esforços de guerra, as mulheres passaram por novas aprendizagens, pois

[...] A guerra ensinou, assim, milhões de mulheres britânicas a ampliar seus horizontes e todas se mostram orgulhosas de sua contribuição ao esforço de guerra nacional – fator que foi decisivo na derrota dos mais vizinhos inimigos da Grã-Bretanha. (BOTTRALL, jul. 1945, p. 16)

Em torno do trabalho feminino durante a Segunda Guerra delineavam-se dois argumentos. O primeiro destacava a atuação feminina em áreas masculinas, enaltecendo sua competência, compromisso, heroísmo e empenho na defesa da pátria. Argumento que questionava preconceitos acerca do trabalho feminino. O segundo evidenciava que a ação das mulheres durante o conflito, na verdade, era uma extensão de seu papel de mãe. Assim, o fato de as mulheres terem se esforçado para organizar racionalmente os trabalhos domésticos, a fim de liberar mão de obra para a indústria bélica, desempenhando com perfeição suas atividades, era visto como o cumprimento de sua função de mãe abnegada, ampliada à pátria, que era também sua família. Alargava-se, portanto, a imagem da mãe, pois ela é apresentada como defensora da pátria.

Essas ambiguidades das representações femininas no período da Guerra refletiam uma tendência mais geral nas formas de significação do feminino no contexto. A esse respeito, Anne Higonnet (1994, v. 5, p. 413), ao estudar as imagens e representações femininas na Europa e nos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, destaca:

Os arquétipos tradicionais foram mais uma vez ressuscitados para finalidades de propaganda [...]. Uma vez mais, imagens de mulheres encarnando os valores do lar e da nação pelas quais a guerra era travada coexistiam com imagens de mulheres recentemente admitidas na força de trabalho industrial.

No Brasil, nos anos 1940, também figuravam os discursos lamentando as transformações que propiciaram o ingresso das mulheres na esfera produtiva, ao mesmo tempo em que ressaltavam deverem essas mulheres ser, em primeiro lugar, mães, esposas e donas de casa. Para alguns, o trabalho feminino era considerado responsável pelo desemprego masculino, pela dificuldade que os homens estariam enfrentando para se tornar provedores familiares. A cada dia estaria sendo mais difícil para os homens se firmarem no universo público e manterem o papel de provedor familiar, em face da concorrência feminina.

Essa forma de percepção do trabalho feminino torna visível a angústia despertada nos homens diante do avanço das mulheres no mercado de trabalho. Esse avanço era compreendido como uma ameaça ao domínio masculino, ao processo de constituição da identidade masculina, que, ao longo do período em estudo, tinha no trabalho uma baliza fundante. Isto porque o papel que a sociedade cada vez mais delegava aos homens era o de provedor familiar, alcançado através do trabalho.

Nos anos 1950, o trabalho feminino também era visto ora de forma positiva, ora negativa, embora parecesse haver maior aceitação, principalmente, do trabalho das mulheres solteiras. O trabalho das mulheres casadas era visto como desagregador da família, uma vez que a mulher casada que trabalhava fora de casa não exerceria a contento seus papéis familiares, embora o periódico também tornasse visível uma crescente aceitação do trabalho dessas mulheres, nos segmentos médios, que se justificaria pela incapacidade dos maridos em prover os lares e pelo anseio de liberdade e de independência econômica alimentados pelas mulheres.

Percebemos, ainda, a partir do tema, uma clivagem entre as gerações, na medida em que, para muitas mães, educar corretamente uma filha significava formá-la para o casamento e para a maternidade, vetando seu ingresso no mundo do trabalho, embora algumas filhas considerassem legítimo o desempenho de atividades produtivas. Nesses casos, a posição do periódico era de valorização do trabalho feminino, posicionando-se do lado das filhas, em detrimento das mães. A esse respeito, na resposta a uma leitora lemos o seguinte:

MIRZA – Rio: Hoje a mentalidade é totalmente diferente: ninguém mais pode achar desdouro que sua filha trabalhe fora de casa. Faça ver isso à sua mãe, com paciência e doçura; não empregue meios violentos, dizendo “faço porque quero”. Convença-a de que você está com a razão e apresente as centenas de exemplos de pessoas conhecidas: qual a moça que nos tempos de hoje, precisando, deixa de arranjar um emprego por mero orgulho? Os tempos modernos não comportam mais isso. Mas, cuidado com o trabalho que vai fazer, com os colegas, com os chefes, enfim, com tudo, para não desgostar sua mãe e para que ela não possa dizer: “eu não disse?”. Aja com cautela, decore, finura. Não se deixe levar pela vontade de parecer tão moderna e “adiantada” quanto as outras. Não siga exemplos dessa natureza. Siga, apenas, os bons exemplos. E se vir que alguma colega venceu, empregando meios

ilícitos, prefira mil vezes, oh! Minha boa amiguinha, retirar-se da liça, desistir do triunfo, obtido por tão alto preço! Mais vale um bom fracasso, desses que deixam a alma um tanto amarga porém intacta na sua dignidade, do que uma vitória das que despedaçam a alma que todos julgam vitoriosa... (ESMERALDA, out. 1956, p. 78)

Contudo, se, no caso referido, havia uma posição favorável ao trabalho feminino, havia igualmente a defesa de diferenças entre o trabalho feminino e o masculino. No mundo do trabalho fora do lar as mulheres deveriam observar algumas regras, e a principal dizia respeito aos valores morais. Deviam lembrar que o trabalho era um espaço de contato com os homens, em que deveriam se fazer respeitar, demonstrando que se tratava de mulheres direitas, honestas e respeitáveis.

A relação entre trabalho e moralidade era um assunto recorrente ao longo do período analisado. Em suas páginas, o periódico dava visibilidade ao mal-estar causado aos(as) conservadores(as) pelo contato entre homens e mulheres no âmbito do trabalho. Para alguns, os escritórios eram espaços de promiscuidades. Eram espaços em que moças insensatas aceitavam o galanteio, tanto de homens solteiros quanto de casados. Em que outras moças, mais imprudentes ainda, conseguiam posições através do uso do corpo.

Esse argumento, por sua vez, também funcionava a favor da desvalorização da competência e do profissionalismo feminino. Isto porque o sucesso profissional não era atribuído à competência, ao esforço, ao bom desempenho da atividade, mas a meios indignos, para usar expressões da época. A esse respeito, Rosa Garcia (mar. 1950, p. 91) pondera:

[...] quero focalizar o pensamento errôneo, naturalmente dos espíritos mais arcaicos ou pouco esclarecidos, de que, quando a mulher tem uma posição de destaque no trabalho ou intelectual, não é esta resultante de situação menos dignas, como o citam maledicente e levianamente.

Não estão abertas para a mulher as mesmas Faculdades que para o homem?

Em conjunto, os discursos relativos ao trabalho feminino permitem perceber a forma como foi ocorrendo a conquista do espaço público pelas mulheres e as tentativas de se estabelecerem diferenças entre o trabalho feminino e o masculino. O feminino era significado, recorrentemente, a partir das funções das mulheres na família, bem como da moral tradicional. Nesse sentido, na perspectiva normativa, buscava-se significar o trabalho feminino como atividade secundária, em relação aos papéis tradicionais que deviam ser prioritários.

No plano legal, de acordo com Susan Besse (1999), mediante a legislação do trabalho feminino e do atendimento à infância, intensificou-se a valorização da mulher enquanto reprodutora, bem como limitaram-se possibilidades de atuação

da mulher no universo do trabalho, ao restringir sua atuação, segundo atividades e horários. Ao mesmo tempo, reforçou-se a posição do homem enquanto trabalhador e provedor familiar, isto posto como estratégia de desenvolvimento do capitalismo e da modernização das desigualdades de gênero.

No âmbito das práticas, considerando a análise de Susan Besse (1999), para o período compreendido entre a Primeira Guerra Mundial e o início dos anos 1940, bem como o trabalho de Carla Bassanezi (2004), para os chamados *anos dourados*, pode-se dizer que são períodos de crescentes oportunidades para as mulheres dos segmentos médios no universo do trabalho extradoméstico. Enquanto para as mulheres mais pobres, conforme Maria Valéria Junho Pena (1989, p. 14), é de refluxo, até 1950, uma vez que a presença feminina na indústria decresceu durante o processo de industrialização por que passou o país na primeira metade do século XX. Conforme a autora, no momento de constituição do sistema fabril, no Brasil, incorporou-se, sobretudo, a mão de obra de mulheres e de crianças, que, paulatinamente, foram sendo alijadas. Em 1872, as mulheres correspondiam a 76% da mão de obra incorporada nas fábricas, enquanto em 1950 passaram a ser 23% do contingente empregado nas fábricas, acrescenta a autora.

Além do trabalho, a família e o casamento também eram temas recorrentes nas páginas de *Vida Doméstica*. Acerca desses temas o primeiro ponto a ressaltar é que o feminino era constantemente pensado, sobretudo em relação à família e ao casamento. A família era considerada a base da sociedade, e as mulheres, a base da família que, por sua vez, deveria nascer a partir do casamento, vínculo indissolúvel, que forjaria a unidade familiar. Com efeito, a identidade feminina era pensada normativamente a partir do Outro – o marido e os filhos, sendo o casamento o colonizador do futuro das mulheres e o meio de inserção social feminina privilegiado.

Conforme os discursos apresentados em *Vida Doméstica*, a família ideal era a nuclear, constituída através do casamento, composta por mãe, pai e filhos, caracterizada pela hierarquia e pela afetividade. Tratava-se de uma instituição hierárquica, na medida em que a mulher deveria se submeter ao homem, aceitando sua autoridade e sua condição de cabeça do casal, assim como os filhos deveriam se submeter aos pais. Seria também afetiva, porque sua constituição deveria ter por base o amor entre os cônjuges e entre a mãe, o pai e os filhos e as filhas. Conforme os discursos veiculados, em vez de temor, esperava-se que os filhos e as filhas sentissem amor e respeito pelos pais e pelas mães.

Atrelada à valorização da afetividade no seio familiar, insinuava-se também uma mudança nas relações entre pais, mães, filhos e filhas, em que os filhos e as filhas passavam a ter maiores chances de expressar seus anseios individuais. Delineavam-se investimentos na educação dos rapazes e das moças. Havia uma preocupação em

dotá-los de condições para se firmarem no mundo moderno, embora essa preocupação fosse atravessada pelas concepções de gênero características do período.

Conforme o modelo de família proposto, a manutenção do lugar das mulheres na família era considerada fundamental para a sobrevivência da instituição. Argumentava-se que as mulheres deveriam ser valorizadas pelo bom desempenho de suas funções familiares, que as suas funções não seriam inferiores às dos homens, mas complementares. Isto porque enquanto o homem deveria atuar no universo público, buscando meios para assegurar a sobrevivência material da família e o bem-estar da mulher e dos filhos, a mulher deveria desempenhar a contento seus papéis de mãe, esposa e dona de casa. Nesse sentido, é válido afirmar que os discursos veiculados no periódico visavam instituir as esferas pública e privada como universos significados a partir do gênero, na medida em que reservavam a primeira aos homens e a segunda às mulheres.

O casamento deveria centrar-se no amor e na observância de outros critérios considerados fundamentais à felicidade dos cônjuges, como a compatibilidade de instrução, de condição social e de costumes. Se o casamento deveria ser por amor, o amor deveria ser entre iguais, pois o casamento e a família felizes deveriam ser fundados a partir da observância do amor e das condições de igualdade entre os cônjuges.

Assim, era de fundamental importância observar a compatibilidade das idades. As mulheres jovens deveriam casar com homens igualmente jovens, de preferência um pouco mais velhos, pois havia a crença de que as mulheres envelheciam mais cedo que os homens. Nesse sentido, para evitar desarranjos conjugais era necessária certa diferença de idade.

Aparentemente, em torno da desvalorização do casamento de uma mulher jovem com um homem mais velho, estava em questão a sexualidade feminina e a percepção de que um homem mais velho não teria condições de cumprir suas obrigações conjugais, casando-se com uma mulher jovem.

Mas, se uma das bases do casamento deveria ser o amor, acentuavam-se diferenças entre o amor de um homem e o amor de uma mulher. Conforme os discursos veiculados, os homens eram capazes de amar; contudo o amor masculino era um amor que cedo enfraquecia! O homem seria um ser mais de razão que de emoção. Além disso, lembrava-se à mulher que não deveria confiar no amor de um homem, pois, mesmo amando, ele poderia se deixar seduzir pelo encanto de outras mulheres, visto não serem monogâmicos. Assim, esse tipo de concepção reforçava a dupla moral que caracteriza o período em estudo.

Atribuía-se a felicidade conjugal, sobretudo, às mulheres. O sucesso do casamento seria decorrente do bom exercício dos papéis de esposa e de dona de casa. Às mulheres caberia manter sempre acesa a chama do desejo, conservando-se femininas, belas, jovens e sedutoras, sem, contudo, chamar a atenção de outros homens. O papel da esposa era pensado em função do marido. A esposa deveria considerar os desejos do marido acima dos seus, deveria sempre lembrar que ele era o chefe da sociedade conjugal. A esposa ideal seria, ainda, a companheira e a incentivadora do marido. Ademais, não deveria ser autoritária, nem gastar excessivamente, administrando de forma racional as despesas do lar.

Ao longo das páginas da revista, também era recorrente a percepção de que o casamento estava em crise, ameaçando a estabilidade da família. Nos anos 1920 e 1930, considerava-se que os anseios de liberdade e independência feminina, a circulação das mulheres no espaço público e a demanda por direitos eram ameaças à instituição. Com efeito, de um lado, a revista veiculava discursos que procuravam assegurar o lugar das mulheres na família e significar os papéis familiares como fundantes na definição do feminino. De outro, publicava textos que davam visibilidade aos desejos das mulheres de alargar as fronteiras para além do casamento e da maternidade obrigatórios.

Em menor medida, a crise do casamento era vista como fruto das transformações na experiência dos homens. Nesse caso, argumentava-se que, dada a existência de muitas moças levianas, que concediam várias liberdades, os homens já não queriam casar. Muitos estariam mais interessados nos esportes, no cinema, nos diversos lazeres então disponíveis do que no casamento. Outros não se interessariam pelo casamento por ter horror ao trabalho, não podendo assumir a condição de provedores familiares.

Ademais, a crise do casamento também estaria relacionada à ausência de critérios adequados à escolha matrimonial, pois as moças e os rapazes estavam fazendo escolhas indevidas, esquecendo que o casamento era o passo mais sério na vida de um homem e de uma mulher. A escolha dos jovens e das jovens estaria centrada em critérios fúteis, como a beleza, a elegância, a desenvoltura nos salões e a convergência de gostos.

Essas percepções permitem perceber que a beleza e a atração sexual eram critérios presentes nas escolhas conjugais, embora considerados insuficientes, uma vez que, sendo o casamento a base da família e um vínculo indissolúvel, requeria critérios mais sólidos. Consequentemente, sobretudo, através do discurso masculino, o periódico procurava demonstrar quais seriam os critérios ideais para a escolha dos cônjuges. O parâmetro central era a potencialidade das moças e dos rapazes casadouros para o bom exercício dos papéis que a sociedade cada vez mais reservava a um e a outro. Os rapazes deveriam escolher moças que demonstrassem condições

de ser boas mães, esposas e donas de casa, enquanto as moças deveriam escolher rapazes que pudessem ser bons pais e provedores familiares.

Segundo contemporâneos, a escolha da futura esposa era um processo difícil, pois as moças já não eram iguais às de antigamente, na medida em que só se interessavam pelo lazer, pelo mundanismo, não se preparando para os papéis que a sociedade lhes reservava. Em crônicas e contos, demonstrava-se, em primeiro lugar, que essas moças, apesar de todos os seus artifícios, não conseguiam casar, sendo vencidas na disputa matrimonial pelas moças prudentes, simples, modestas e caseiras. Em segundo lugar, as moças ora chamadas de mundanas, levianas, modernas, melindrosas poderiam casar, mas não seriam felizes e ainda causariam a infelicidade dos rapazes que as escolhessem. Em conjunto, esses discursos visavam disciplinar as práticas femininas, pois mostravam que as moças que não se inseriam nas prédicas sociais não seriam felizes, em um contexto em que casamento e felicidade eram considerados convergentes. Em outra perspectiva, esses discursos permitem perceber o fascínio que essas mulheres exerciam e ainda a competitividade que tinham no mercado matrimonial.

Consideramos também que esses discursos remetem para uma transformação que caracteriza o período, o crescimento da autonomia dos jovens e das jovens na escolha do cônjuge, na medida em que o poder individual aumentava em relação ao familiar. A respeito desse aspecto, em contos, crônicas e artigos publicados no periódico, observa-se a crítica constante ao casamento por interesse e a valorização do casamento por amor, bem como a legitimação das escolhas individuais, desde que recaíssem sobre moças e rapazes ideais para o casamento. Contudo, a aprovação familiar ainda era considerada de fundamental importância para a felicidade do futuro casal.

Observa-se uma tentativa de aliar valores tradicionais e modernos, uma vez que se valorizava o poder de escolha individual, mas se mantinha a importância da família no processo de constituição de novos casais. O que pode ser visto também como um meio para assegurar que o casamento continuasse sendo uma forma de manutenção do *status* social, em um contexto em que deixou de ser visto como elemento distintivo dos segmentos mais abastados, para ser considerado uma obrigação de mulheres e de homens de diferentes condições sociais.

Ressignificação que estava articulada, por sua vez, ao conjunto de transformações sociais e econômicas que caracteriza o período em estudo. É válido lembrar que entre os anos 1920 e 1950, sobretudo a partir dos anos 1930, intensificaram-se os processos de urbanização e de industrialização, configurando-se um processo de modernização das relações de gênero. Era um momento de expansão da classe média, de expansão do mercado de trabalho e das possibilidades de escolarização.

Havia também um contexto de maior aproximação de moças e rapazes, diante das condições da vida urbana e dos novos espaços de lazer. Nesse período, cada vez mais a sociedade reservava aos homens a condição de provedores familiares e às mulheres, a de mãe, esposa e dona de casa. E, contraditoriamente, eram criados meios para que as mulheres ingressassem na esfera pública, através da intensificação de sua presença nos espaços de lazer, nas instituições de ensino e no mercado de trabalho. Foi ainda nesse período que se criaram mecanismos de homogeneização cultural, pois o modelo de família e os valores burgueses eram apresentados como valores universais, que deviam ser atualizados por mulheres e homens dos segmentos populares.

Ademais, os discursos veiculados também remetem para contradições e ambiguidades no que diz respeito ao casamento. Identificava-se uma primeira ambiguidade na crítica recorrente aos casamentos por interesse e na valorização simultânea do casamento baseado no amor e nos critérios de igualdade social e econômica. Esta, por sua vez, embatia-se com a perspectiva de que, para haver um bom casamento, seria necessário que o homem fosse superior à mulher, para melhor submetê-la e manter a hierarquia conjugal. Nesse sentido, desaconselhava-se aos homens o casamento com mulheres superiores em termos econômicos, sociais e intelectuais, pois esse tipo de escolha matrimonial poderia subverter a ordem hierárquica do casamento e da família, na medida em que impedia que o homem fosse a cabeça do casal.

Uma segunda ambiguidade pode ser vista na valorização dos homens, a partir da condição de provedores familiares. Isto porque ao mesmo tempo em que os rapazes mais promissores eram dotados de melhores condições no mercado matrimonial, plantava-se uma dúvida diante da possibilidade de casamento, qual seja: o casamento seria por amor ou por interesse? No caso de escolha por interesse, o ato da futura esposa contradizia um elemento que passava a ser fundamental para manutenção da felicidade conjugal – o amor abnegado que a mulher deveria dedicar ao homem. Embora o preceito esteja em conformidade com uma das funções atribuídas ao casamento – o sustento das esposas. Como demonstrou Muriel Nazzari (2001) ao estudar o desaparecimento do dote, em São Paulo, na passagem das relações senhoriais para as relações capitalistas, o casamento deixou de ser uma instituição voltada para o sustento dos filhos e das filhas para ser também um meio de sustento das esposas.

Dessa maneira, o homem se constituía em provedor familiar, a ele se destinava o mundo do trabalho, o universo público e, conseqüentemente, passava a ter maiores possibilidades de escolha no universo matrimonial. Esse processo, por sua vez, desvalorizava as mulheres dos segmentos mais abastados, mas criava condições

para que as mulheres de segmentos sociais mais baixos pudessem competir, com outras, de classe superior, por rapazes considerados mais promissores.

Para alguns, inclusive, o casamento com uma mulher de condição social inferior era um arranjo matrimonial que, além de não colocar em xeque os princípios hierárquicos do casamento, facilitava o domínio do homem sobre a mulher na esfera conjugal. Contudo, conforme os preceitos dominantes, para que essa mulher pudesse concorrer, era imprescindível que fosse branca, além de deter outros capitais – a virgindade, a juventude, a beleza e o poder de convencimento de que seria boa mãe, esposa e dona de casa.

Nos anos 1950, o casamento e a conjugalidade tornaram-se mais problematizados, emergindo uma tensão em torno das expectativas femininas e das possibilidades concretas de vivência dos papéis tradicionais femininos. O que não é característica específica do Rio de Janeiro, pois Betty Friedman (1971), no clássico *Mística feminina*, evidencia a angústia e a insatisfação das mulheres americanas, nesse período, em face da necessidade de adequação aos papéis de mãe, esposa e dona de casa. A autora demonstra a emergência de uma crise de identidade feminina, em parte decorrente das estratégias desenvolvidas logo após a Segunda Guerra Mundial, no sentido de encaminhar as mulheres novamente ao lar e reservar os postos de trabalho para os homens.

Conforme aponta a autora, as revistas femininas têm um papel fundamental na constituição do que chama *mística feminina*, uma vez que, no período pós-guerra, a heroína emancipada, independente e decidida dos anos 1930 e 1940 foi, basicamente, substituída pela heroína frívola e infantilizada, cujo futuro era significado pelo casamento e pela maternidade.

No Brasil, são perceptíveis os reflexos da onda conservadora que assolou os Estados Unidos e a Europa, na medida em que proliferaram discursos buscando adequar as mulheres aos seus papéis tradicionais. Contudo, considerando o periódico *Vida Doméstica*, pode-se dizer que os discursos veiculados são contraditórios. Ao mesmo tempo em que se argumentava que as mulheres deviam se conformar a seus papéis tradicionais, mostrava-se que elas haviam mudado, que a situação das contemporâneas era distinta daquela experienciada por suas mães. Iniciativa, independência e emancipação são termos que continuavam presentes no contexto. Ademais, a tentativa de adequação feminina aos papéis tradicionais não é característica apenas do pós-guerra, é uma recorrência ao longo do período analisado, assim como a percepção de que as mulheres estavam avançando, equiparando-se aos homens e quebrando as fronteiras entre o que seria próprio do feminino e do masculino. Isso indica a existência de diferenças em relação ao que foi experienciado pelas mulheres

norte-americanas e europeias, embora não seja possível aprofundar tal questão nos limites deste texto.

Nos discursos veiculados em *Vida Doméstica*, observa-se a problematização, sobretudo, do papel de esposa, a insatisfação feminina parece ser mais nítida no que diz respeito à vivência desse papel. Proliferaram discursos que diziam como as esposas deviam agir na vida conjugal, indicando-lhes como se comportar nos casos de infidelidade masculina, aconselhando-as a inquirirem-se acerca de suas próprias práticas, com o objetivo de verificar se não seriam elas mesmas as causadoras de sua infelicidade. Na verdade, percebe-se, nesses discursos, a culpabilização das mulheres pelos desajustes conjugais, pela infidelidade dos maridos, pelos desquites e pelos divórcios. Segundo um conselheiro, “quando uma esposa descobre que seu marido tem outra mulher, em vez de se desesperar ou cair em desânimo, deve resolver o problema examinando suas próprias fraquezas e faltas, além das do marido – os ‘casos’ em geral são temporários” (*A CULPADA* é a esposa, abr. 1957, p. 108). Rosa Garcia (nov. 1951, p. 101) em *A verdadeira finalidade da mulher*, por sua vez, argumentava:

Mulheres há que são responsáveis pelo desenlace de seus lares, por falta de bom senso.

Esquecem-se elas que o homem nada mais é que uma criança crescida e, se esta é facilmente conquistada pelo carinho, aquele também se verá cativo e mantido pela doçura e pelo afeto. [...] Rusga após rusga, ofensa após ofensa, levam a situação a um limite tal que o razoável de paciência se satura. Deste modo, o homem cansado de ser alvo de desatenções e falta de carinho no seu “doce lar”, concentra suas ideias em busca de um pouco de afeto, em alguma parte, quase sempre encontrando-o fora de sua casa.

Parece haver um fosso entre as expectativas femininas em relação ao casamento e a experiência concreta. É como se a promessa de felicidade veiculada através do casamento funcionasse contraditoriamente. Se, de um lado, ela é fundamental para o encaminhamento das mulheres ao casamento e à maternidade, de outro, a sua busca é fonte de angústia e de insatisfação. Observa-se a emergência do desejo de um casamento mais igualitário, em que fosse possível haver satisfação afetiva e pessoal. Surge também a percepção de que as moças já não precisavam considerar o casamento como uma obrigação ou meio de prover o sustento, pois, no mundo moderno, sendo mais instruídas, haveria meios de sobrevivência material para além do casamento. Nesse sentido, o casamento se constituiria em uma opção, escolhida com base na expectativa de realização amorosa. Segundo uma contemporânea,

As jovens querem viver de uma maneira diferente da que sua mãe viveu, todavia, por enquanto, não sabem bem como e porque, porquanto poucos são os adultos que sabem orientá-las acertadamente. Sabem que a mulher de hoje mais instruída, não precisa casar-se apenas por amparo ou por emprego e que o fim do casamento é uma união mais estreita, mais compreensiva e mais feliz entre o casal. (*ARRUDA*, abr. 1957, p. 106)

Essa ideia de que o casamento deveria ser um espaço de realização afetiva parece ser bastante aceita entre as mulheres jovens, no período, tanto as solteiras quanto as casadas. Ao mesmo tempo, aparentemente, gerava tensões e conflitos no campo afetivo, quando o casamento, na prática, não trazia a satisfação prometida.

Maria Izilda Santos de Matos (1997), através do estudo das composições de Dolores Duran e das crônicas de Antônio Maria, ajuda a pensar esses conflitos. Segundo a autora, os anos 1950 configuram-se de forma ambígua, em face da tensão entre os novos e velhos valores. Em sua documentação, emerge a figura de mulher com iniciativa, decisão, racionalidade e liberdade, e, ao mesmo tempo, uma essência feminina caracterizada, de um lado, pelos adjetivos dor, solidão e culpa, e, de outro, pela sinceridade, doçura, pureza e submissão. Os modelos masculinos, por sua vez, oscilam entre o profissional/provedor/competitivo/esperto e parceiro/companheiro, afetivo, sexual e intelectual. Representações que, segundo a autora, denotam a ambiguidade do período, pois

As fronteiras antes rigidamente definidas começam a oscilar entre o moderno e o tradicional. Por um lado, preservam-se os padrões e elementos do modelo tradicional, e por outro há o desejo de um projeto comum, a ideia do amor romântico, envolvido em paixão e desejo, e da procura do prazer sexual emergem enquanto aspiração e possibilidade. (MATOS, 1997, p. 147)

A ideia de amor romântico a que a autora faz referência também está presente nas páginas da revista e parece conter ambiguidades e contradições, na medida em que impulsiona as mulheres para o casamento, mas também produz subversão. Subversão presente nos usos do corpo, na expressão do desejo amoroso e na expectativa de realização afetiva. Na coluna *Caixinha de Pandora*, por exemplo, através das respostas às cartas das leitoras, observa-se a expressão do desejo de amar, emergindo imagens de moças apaixonadas por homens casados, assim como de moças que admitiam estar apaixonadas por dois rapazes ao mesmo tempo.

O amor aparecia também enredado à sexualidade, o que, de um ângulo, funcionava a favor da limitação da sexualidade feminina à conjugalidade, enquanto, de outro, contestava a moral sexual tradicional. Isto porque, para algumas moças, expressar amor parecia significar também expressar desejo de realização sexual e usar o corpo de formas não autorizadas, sem necessariamente chegar ao intercurso sexual. Isto é visível, sobretudo, nas matérias em que se criticava o declínio da moral e dos bons costumes. Essas matérias mostram que havia um clima de excitação sexual entre moças e rapazes. Em fevereiro de 1958, Armando de Carvalho (fev. 1958, p. 35), comentando a conversa que teria ouvido entre jovens, argumentava que a juventude tinha uma noção errada de amor, pois o que se havia convencionado chamar amor “[...] não passa duma excitação sexual, capaz de todas as licenças”. Acrescenta ainda que “as bacanais de corpos excitados será, para muitos, naturais manifestações do

amor, quando são tristíssimos reflexos duma mentalidade transviada da sua própria grandeza”.

No âmbito da conjugalidade, o amor romântico surgia como o sentimento que justificava a reivindicação das esposas por uma relação menos hierárquica e mais afetiva. Não realizado, esse sentimento seria a fonte de constante insatisfação feminina. Nesse sentido, para manter o equilíbrio conjugal recordava-se às mulheres que a paixão não valia a pena! Segundo um contemporâneo ou contemporânea,

[...] é comum encontrarmos mulheres que aspiram a sentir uma paixão, como se esta fosse o ponto culminante da vida humana! Quantas esposas há que, desoladas, envenenam sua felicidade com o sombrio desejo de um encontro impossível! E quantas moças que se queimam nos fogos inúteis dos amores irrealizáveis! Por que, tudo isso? Simplesmente porque todas nós somos Isoldas de um Tristão que Deus esqueceu de criar... (A PAIXÃO não compensa, ago. 1957, p. 70)

Embora criticados, o desejo feminino de ter uma vida diferente, a expressão de uma ânsia de liberdade e de independência, bem como a necessidade de realização amorosa, eram inscritos no imaginário social como características das mulheres contemporâneas, especialmente das jovens. O que torna possível dizer, também, que, no período, em meio às tentativas de instauração da dominação masculina, instalavam-se fissuras na ordem, por meio das quais é possível configurar espaços de liberdade e de vivências alternativas, ainda que fugidias.

Nesse sentido, se, de um lado, é possível afirmar, através da análise dos discursos veiculados em *Vida Doméstica*, que não se identificou questionamento frontal da dominação masculina, de outro, pode-se dizer que emergem contradições, fissuras e constantes tensões, por meio das quais se delineiam formas de vivência para além da norma.

Do mesmo modo, se os discursos publicados na revista atuavam em prol da instituição das mulheres como mães, esposas e donas de casa, ainda fomentaram críticas à limitação das mulheres a esses papéis. Nesse sentido, não se pode dizer que haja, no período analisado, a divulgação de uma representação de mulher, mas de representações, que, por sua vez, também remetem para possibilidades plurais de vivência da feminilidade e para as contradições e ambiguidades do processo de modernização das relações de gênero.

Abstract: That's a panoramic view about the periodical Vida Doméstica, between the years 1920 to 1950. It argues about the ways of representing the feminine subjectivity. It identifies contradictory discourses which situate the periodical between the traditional

and the modern, as well as the coming out of plural representations of the feminine subject: mother/spouse/housewife, employee, feminist, stylish and consumer. It takes into account that these representations indicate the ambiguous and contradictory characteristic of modernization in gender relations at the studied period, showing the possibility of living femininity beyond maternity and compulsory marriage.

Keywords: *feminine magazine; gender; representations.*

Recebido em abril de 2009 e aceito para publicação em junho de 2009

Referências

- A BELEZA é obrigação. *Vida Doméstica*, Rio de Janeiro, out. 1937.
- A CULPADA é a esposa. *Vida Doméstica*, Rio de Janeiro, p. 108, abr. 1957.
- A MULHER nos escritórios: a irradiação vitoriosa do trabalho feminino. *Vida Doméstica*, Rio de Janeiro, out. 1930.
- A PAIXÃO não compensa. *Vida Doméstica*, Rio de Janeiro, p. 70, ago. 1957.
- A SUCURSAL de *Vida Doméstica* em São Paulo festejou o 33º aniversário desta revista. *Vida Doméstica*, Rio de Janeiro, p. 30, abr. 1953.
- ARÍÉS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.
- ARRUDA, Mercedes. Esses brotos. *Vida Doméstica*, Rio de Janeiro, p. 106, abr. 1957.
- AZZI, Riolando. Família, mulher e sexualidade na Igreja do Brasil (1930-1964). In: MARCÍLIO, Maria Luíza (Org.). *Família, mulher e sexualidade na História do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1993. p. 101-134.
- BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 607-639.
- BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BOTTRALL, Margaret. O esforço de guerra e a mulher britânica. *Vida Doméstica*, Rio de Janeiro, p. 30, jul. 1945.
- CARVALHO, Armando de. Amor e carnaval. *Vida Doméstica*, Rio de Janeiro, p. 35, fev. 1958.
- CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. 4. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2005.
- _____. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985.
- CHARTIER, Roger. *À beija da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.
- 5 REVOLUÇÕES em 40 anos. *Vida Doméstica*, Rio de Janeiro, p. 3, mar. 1959.
- COMO se faz uma revista. A propósito do aniversário de *Vida Doméstica*. *Vida Doméstica*, Rio de Janeiro, mar. 1932.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- COSTA, Suely Gomes. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 339-356, 2002.
- COTT, Nancy F. A mulher moderna. In: DUBY, G.; PERROT, M. (Org.). *História das mulheres no Ocidente: o século XX*. Porto: Afrontamento, 1994. v. 5, p. 95-113.
- DAUPHIN, Cécile et al. A história das mulheres, a cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. *Gênero*, Niterói, v. 2, n. 1, p. 7-30, 2. sem. 2001.
- ESMERALDA. Caixinha de pandora. *Vida Doméstica*, Rio de Janeiro, p. 78, out. 1956.
- ESTA é a leitura obrigatória da mulher moderna. *Vida Doméstica*, Rio de Janeiro, p. 96, jan. 1956.
- FRIEDMAN, Betty. *Mística feminina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1971.
- GARCIA, Rosa. A verdadeira finalidade da mulher. *Vida Doméstica*, Rio de Janeiro, p. 101, nov. 1951.
- _____. Carta de amor. *Vida Doméstica*, Rio de Janeiro, p. 101, jun. 1951.
- _____. Desquites em massa... amparo social a mulher... *Vida Doméstica*, Rio de Janeiro, p. 100-101, jul. 1950.
- _____. Luta inglória com os sentimentos humanos. *Vida Doméstica*, Rio de Janeiro, p. 91, mar. 1950.
- GOELLNER, Silvana Vilodre. *Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista Educação Physica*. Tese. 1999 (Doutorado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas, SP, 1999.
- GONÇALVES, Jandira. Deve a mulher trabalhar? *Vida Doméstica*, Rio de Janeiro, nov. 1935.
- HADDAD, Ibrahim. Carnaval e pudor. *Vida Doméstica*, Rio de Janeiro, p. 25, fev. 1956.
- HIGONNET, Anne. Mulheres, imagens e representações. In: DUBY, G.; PERROT, M. (Org.). *História das mulheres no Ocidente: o século XX*. Porto: Afrontamento, 1994. v. 5, p. 403-427.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Dolores Duran*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social, em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- O LAR, nestes tempos de guerra. *Vida Doméstica*, Rio de Janeiro, p. 16, mar. 1942.

PASSERINI, Luisa. Mulheres, consumo e cultura de massas. In: DUBY, G.; PERROT, M. (Org.). *História das mulheres no Ocidente: o século XX*. Porto: Afrontamento, 1994. v. 5, p. 381-401.

PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

PENALBER, Bianor. Restauremos o império dos sadios costumes morais: apanágio da família brasileira. *Vida Doméstica*, Rio de Janeiro, p. 19, fev. 1955.

SCHPUN, Mônica Raísa. *Beleza em jogo: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20*. São Paulo: SENAC, 1999.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, São Paulo, n. 20, v. 2, p. 71-99, 1995.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: _____. (Org.). *História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (História da vida privada no Brasil, v. 3). p. 513-619.

SOBRE a beleza feminina. *Vida Doméstica*, Rio de Janeiro, dez. 1934.

SOHN, Anne-Marie. Entre duas guerras: os papéis femininos em França e Inglaterra. In: DUBY, G.; PERROT, M. (Org.). *História das mulheres no Ocidente: o século XX*. Porto: Afrontamento, 1994. v. 5, p.115-145.

SOIHET, Rachel. A sensualidade em festa: representações do corpo feminino nas festas populares no Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX. In: SOIHET, Rachel; MATOS, Maria Izilda S. de (Org.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: UNESP, 2003. p. 177-197.

_____. Formas de violência, relações de gênero e feminismo. *Gênero*, Niterói, v. 2, n. 2, p. 7-26, 2000.

_____. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006.

THÉBAUD, Françoise. História das mulheres, história do gênero e feminismo: o exemplo da França. In: COSTA, Claudia de Lima; SCHMIDT, Simone Pereira (Org.). *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004. p. 67-80.

VIDA sentimental: crônica do tio Romeu. *Vida Doméstica*, Rio de Janeiro, p. 30, jul. 1953.

VITÓRIAS da inteligência feminina: as nossas doutoras e seus conceitos sobre a emancipação da mulher. *Vida Doméstica*, Rio de Janeiro, ago. 1930.

VIVER sem envelhecer! *Vida Doméstica*, Rio de Janeiro, fev. 1934.